

# Dois tipos políticos

See pag 2

**ROQUE SPENCER MACIEL  
DE BARROS**

A "esquerda" e a "direita", pensadas em termos ideais, opondo-se às suas respectivas visões do homem e do mundo, tendem a opor-se, igualmente, quando passamos ao terreno concreto da organização da vida social e econômica das nações e, para além delas, da própria ordem internacional, assunto, este último, de que não vamos cuidar aqui.

Pode esperar-se que o representante da "direita ideal", convicto de que a natureza tem as suas leis (ou a sua configuração), como as têm as sociedades, esteja normalmente aberto para o que chamamos de a "resistência do real". Ele sabe perfeitamente que não podemos impor à realidade um sistema elocubrado na frieza (ou no calor, é indiferente) dos gabinetes, construído geometricamente, de forma que o real se amoldasse inteiramente a ele e fosse por ele dirigido. Tentar impô-lo levaria, necessariamente, desde o início — e a isso voltaremos no fim deste artigo — à mais violenta restrição das liberdades, a começar pela de pensamento e de crítica, pois que estas seriam uma ameaça constante ao "plano organizatório da vida social". Eis a razão primeira porque ele se opõe visceralmente aos grandes planos de remodelação total da ordem social ou da criação de um "homem novo": aquela "ordem pode converter-se — e acaba sempre por fazê-lo, já que o real tem suas leis e impõe-nos limites inultrapassáveis — em algo muito diverso do planejado, com o sonho se convertendo em pesadelo e o "homem novo" em uma espécie de monstro do dr. Frankenstein".

O representante do "esquerdismo ideal", por mais que a experiência o desminta, continua a acreditar que "desta vez será diferente" e que, finalmente, o sistema aparentemente racional (aparentemente, sim, pois que, em última instância, é fundado em valores que não são racionais, que são os seus valores e não valores em si, de forma que a "racionalidade do sistema" depende de fundamentos extra-racionais) irá impor-se, trazendo a felicidade e a justiça para todos, como se esses conceitos, aliás, fossem unívocos.

Se foi a partir da Revolução Francesa que se começou, inicialmente em termos "espaciais", isto é, em função do local ocupado pelas bancadas na convenção, a falar de "direita" e "esquerda", caracterizando-se, do ponto de vista do conteúdo político, àquela altura, a primeira posição, girondina, pelo seu caráter moderado e reformista, e, a segunda — isso já na fase do terror e não desde o início do processo revolucionário —, jacobina, pelo igualitarismo radical e o apelo à razão abstrata como fundamento da "justiça", foi, entretanto, nos literatos

iluministas e em Rousseau que esta última encontrou suas origens.

Ninguém melhor do que Tocqueville, no primeiro capítulo da terceira parte de *L'ancien régime et la révolution* (citaremos a edição Gallimard, Col. Idées, 1952), traçou o perfil desses "homens de letras", inteiramente afastados da prática e da experiência, de forma que "nada os advertia quanto aos obstáculos que os fatos existentes podiam opor mesmo às reformas mais desejáveis" e que "não tinham a menor idéia dos perigos que acompanham sempre as revoluções mais necessárias" (p. 232). Dessa forma, sua "filosofia política" consistia basicamente na idéia de que "convém substituir os costumes complicados e tradicionais que regem a sociedade de seu tempo por regras simples e elementares, tiradas da razão e da lei natural" (p.p. 230/1), tendo presente a peculiar concepção, no contexto da Aufklärung, de "natural", que não se refere a um domínio de fatos, mas de direito. A revolução "foi conduzida com o mesmo espírito que fez que fossem escritos tantos livros abstratos sobre o governo. Mesma atração pelas teorias gerais, os sistemas completos de legislação e a exata simetria nas leis; mesmo desprezo dos fatos existentes; mesma confiança na teoria; mesmo gosto do original, do engenhoso e do novo nas instituições; mesma vontade de refazer, ao mesmo tempo, a constituição inteira segundo as regras da lógica e segundo um plano único, em lugar de procurar emendá-la em suas partes" (p. 240).

Apenas de passagem, posto de lado o fato de o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização de nossa Constituinte brigar com as regras da lógica e da coerência, esta passagem deveria ser seriamente meditada pelos nossos legisladores, já que não temos muitas esperanças de que eles (não nos referimos às poucas exceções) leiam o livro todo de Tocqueville. Mas voltemos ao nosso tema.

Como seria de esperar-se, as revoluções seguem o curso dos acasos, das oportunidades, das resistências, das paixões — enfim daquilo que está fora do poder dos que a desenham, embora estes possam conservar o máximo concebível de poder (especialmente como Lenin, Stalin ou Hitler) — em lugar de os fatos acompanharem as "demonstrações geométricas" (tomando-se aqui "geométrico" em lugar de "necessário"), permitindo ao revolucionário pronunciar o quod erat demonstrandum. O "esquerdista ideal", verdadeiramente sincero, acabará, frequentemente, que essa não era "a revolução dos seus sonhos", a que "deveria ter sido feita". A literatura abunda em obras de comunistas decepcionados, que se sentiram traídos: de A revolução Traída, de Trotsky, à Autocrítica, de E. Morin, passando pelos autores de O Deus que

falhou (Koestler, Silone, Wright e "companheiros de viagem"), por Howard Fast, pelo nosso compatriota Osvaldo Peralva, de O Retrato e por tantos outros (excluídos habitantes do mundo comunista), contamos um material realmente impressionante, muito mais amplo e rico, aliás, do que o legado por ex-nazistas. Muitos abandonam completamente o ideal, reconhecendo, com horror, o que ele, de fato, latentemente comportava; outros, menos dispostos a conviver com o real, deslocam, como diria o nosso poeta, a "grande esperança malograda", pondo-a, diferentemente dele, em algum lugar onde nunca estaremos, a fim de mantê-la viva. Vão passando da revolução russa à chinesa, à cubana, à nicaraguense ou até à albanesa... Por cinismo (mas então já não se trata mais de ideal) ou por cansaço, alguns desistem de mudar e fecham-se dogmaticamente aos apelos da realidade ou às eventuais agulhadas da consciência, refugiando-se na negação surreal dos fatos ou tornando-se hábeis no exercício do duplpensamento.

É claro que a uma decepção igual não estará normalmente sujeito, por mais idealista que seja, o representante da posição oposta. Acostumado a mirar de frente o real, pouco confiante em panacéias ou em soluções globais e definitivas, ele estará pronto a reconhecer os fatos, mesmo quando estes são desagradáveis, mesmo quando trazem, com a deformação que é inerente a esta, a realização do que, efetivamente, se encontrava no ideal, que ele sempre viu como algo monstruoso e terrortífico, de seu antagonista, o ideólogo do "homem novo" e do "mundo novo".

A política da "esquerda ideal" é, em síntese, a da revolução, revolução da "razão lógica" ou da "razão dialética" — ou mesmo de um irracionalismo que reclama tanta validade universal quanto a razão, como é o caso do nazismo — conduzindo, finalmente, em qualquer caso, ao irracionalismo total, como seria de esperar-se, aliás, de uma atitude fundada num voluntarismo que se põe acima de todo limite e de toda medida. A hybrid é precisamente desmedida e nada há tão desmetido quanto o que quer moldar o homem e o mundo segundo a imagem que para eles criou sem consultá-los.

A política dessa "direita ideal", seria, partindo de um cauteloso exame de fatos, e dos valores em que acredita — sabendo que a sua crença não os converte, pelo simples fato de ser cridos, em "objetivos" — de defesa de reformas igualmente cautelosas, pelo menos em sua execução, ainda quando ousadas na concepção. Todos estamos fartos de saber dos possíveis "efeitos perversos" de nossas ações — e tanto mais perversos esses efeitos serão quanto menos essas ações forem pesadas e medidas.

De um lado, uma política radical e revolucionária, cujas consequências podem satisfazer aos que comandam os acontecimentos, em virtude de sua posse do poder, mas nem de longe realiza as promessas que seriam as discutíveis justificativas da violência e do terror implícitos no radicalismo revolucionário, terror e violência, esses que podem ser menos visíveis, mas nem por isso irrelevantes, se a revolução se faz à socapa, mediante a ocupação não revolucionária do aparelho do poder, isto é, do Estado.

Do outro, uma política evolutiva, ora reformista, ora conservadora, conforme as conveniências que, em termos normativos, seriam as da maioria, já que as de todos são de conciliação impossível. Mas, sempre, do maior número possível de pessoas, que nunca, é certo, teriam os seus problemas "resolvidos" por qualquer organismo exterior a elas próprias — pois que isso é incompatível com qualquer verdadeiro realismo —, mas os teriam encaminhados e sua sorte melhorada, no que não dependesse efetivamente delas.

Ainda uma observação no terreno estritamente político, sobre a qual falamos de passagem: a realização de um ideal total, posto pela vontade, exige que todas as resistências controláveis que ele encontre sejam aniquiladas. É esta uma condição preliminar para que o seu êxito possa ser imaginado (não obtido). Logo, todas as liberdades — de pensar, de imprimir, de associar-se, de criticar, de opor-se etc. — não de ser suprimidas pela própria lógica do sistema.

Quando, entretanto, não se tem um ideal total, não se pretendendo substituir o mundo e o homem que existem por outros, mas apenas melhorar a sua sorte, permitindo-lhes escolher, dentro das possibilidades que a natureza concedeu a cada um, o caminho que melhor lhes convier, as liberdades mencionadas serão um dos instrumentos fundamentais para conseguir o referido desideratum. De modo que, de um lado, teríamos uma organização autoritária, uma "sociedade fechada" e, de outro, uma organização flexível, fundada no debate, uma "sociedade aberta".

Essas atitudes opostas perante a política desembocam, naturalmente, numa visão igualmente discrepante acerca da economia que, especialmente num mundo laicizado e dessacralizado como o nosso, voltado para o aqui e o agora (no máximo para o "futuro terreno" não muito longínquo), como o atesta até mesmo a preocupação das igrejas, mais ocupadas com o temporal do que com o espiritual, tem uma importância decisiva.

A essa repercussão da política na economia tremeo dedicar nosso próximo artigo.